

PORTARIA nº 047 de 01 de fevereiro de 2022

Transfere a Outorga de direito de uso de Água Subterrânea de BRF S.A. para AIRTON KLAGENBERG

O Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, VALMI SIMÃO DE LIMA, em substituição conforme Portaria nº 02/2022/GSMA de 18 de janeiro de 2022, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 34 de 23 de janeiro de 2018; e

Considerando os Termos da Lei nº 11.088, de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos; o direito

Considerando o Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 9.612 de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a administração e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 44, de 11 de outubro de 2011 alterada pela Resolução nº 57 de 11 de Julho de 2013, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato grosso;

Considerando o Parecer Técnico nº 154241/GASUB/CCRH/SURH/2022 de 25 de janeiro de 2022, acostado nas folhas nº 24 (f\ v) do protocolo nº 276400/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Transferir a Outorga de BRF S.A, inscrito no CNPJ nº 01.838.723/0396-86, concedida pela Portaria nº 582 de 22/06/2021, publicada no DOE 28.027 do dia 24/06/2021, para AIRTON KLAGENBERG., inscrito no CPF 899.432.799-15, referente ao Processo nº 276400/2021, doravante denominado Outorgado, o direito de uso da água subterrânea para finalidade de outros usos e dessedentação animal. O empreendimento está localizado no Lote Rural 12 C, Setor 01, município de Lucas do Rio Verde/MT, inserido na Província Hidrogeológica Coberturas Indiferenciadas, sob a UPG A-II, com as seguintes características:

I – Coordenadas Geográficas PT 01 – 12°59'33,5" de Latitude Sul e 55°55'38,1" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 10,285 m³/h por um período de 11,6675 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 120 m³/dia, conforme consta na Tabela 01 em anexo;

II – Coordenadas Geográficas PT 02 – 12°59'34" de Latitude Sul e 55°55'37,9" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 12 m³/h por um período de 3,8455 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 46,146 m³/dia, conforme consta na Tabela 02 em anexo;

III – O Outorgado deverá realizar anualmente a análise físico-química e bacteriológica da água, contendo obrigatoriamente os seguintes parâmetros: temperatura da água, pH, Condutividade, Turbidez, Cor, Cloreto, Sulfato, Fluoreto, Ortofosfato, Nitrito, Nitrató, Nitrogênio Amoniacoal, Sólidos Totais, Sólidos Suspensos, Sólidos totais Dissolvidos, Alcalinidade Total, Alcalinidade de Carbonato, Alcalinidade de Bicarbonato, Dureza, Cálcio, Magnésio, Sódio, Potássio, Ferro Total, Manganês, Sílica Solúvel, Coliformes Totais, *E. Coli*.

IV – O Outorgado deverá encaminhar anualmente a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT, o boletim de análise físico-química e bacteriológica da água e o relatório de medições das vazões captadas mensalmente.

V – Construir e manter, quando e onde determinado pela autoridade outorgante, as instalações necessárias às observações hidrométricas das águas extraídas e lançadas;

Art. 2º Quando em zona urbana, fica o outorgado responsável pelo atendimento ao disposto no art. 45, §11 do Marco Legal do Saneamento Básico – Lei nº 14.026/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020.

Art. 3º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 22 de junho de 2026, podendo ser suspensão parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de uso de recursos hídricos;
- III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 6/6/2007;
- IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 4º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e
- II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 5º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 6º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade.

Art. 8º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 18 da Lei nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 9º. O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 10. Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 582 de 22/06/2021, publicada no DOE 28.027 do dia 24/06/2021.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 01 de fevereiro de 2022

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMpra-SE.



VALMI SIMÃO DE LIMA

Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos (em substituição)
GSALARH/SEMA-MT

ANEXO

Tabela 01 – Captação Poço Tubular

Coordenadas Geográficas PT 01 – 12°59'33,5" de Latitude Sul e 55°55'38,1" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000;

MÊS	Vazão (m³/h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	10,285	11,668	31
Fevereiro	10,285	11,668	28
Março	10,285	11,668	31
Abril	10,285	11,668	30
Mai o	10,285	11,668	31
Junho	10,285	11,668	30

MÊS	Vazão (m³/h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	10,285	11,668	31
Agosto	10,285	11,668	31
Setembro	10,285	11,668	30
Outubro	10,285	11,668	31
Novembro	10,285	11,668	30
Dezembro	10,285	11,668	31

Volume Máximo Anual Outorgado (m³): 43.800,087

Tabela 02 – Captação Poço Tubular

Coordenadas Geográficas PT 02 – 12°59'34" de Latitude Sul e 55°55'37,9" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000;

MÊS	Vazão (m³/h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	12,000	3,846	31
Fevereiro	12,000	3,846	28
Março	12,000	3,846	31
Abril	12,000	3,846	30
Mai o	12,000	3,846	31
Junho	12,000	3,846	30

MÊS	Vazão (m³/h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	12,000	3,846	31
Agosto	12,000	3,846	31
Setembro	12,000	3,846	30
Outubro	12,000	3,846	31
Novembro	12,000	3,846	30
Dezembro	12,000	3,846	31

Volume Máximo Anual Outorgado 16.843,290